

Tesouro Nacional – 20 Anos - Aula Magna – EPGE - FGV



TESOURO NACIONAL



Agenda

Aspectos Institucionais

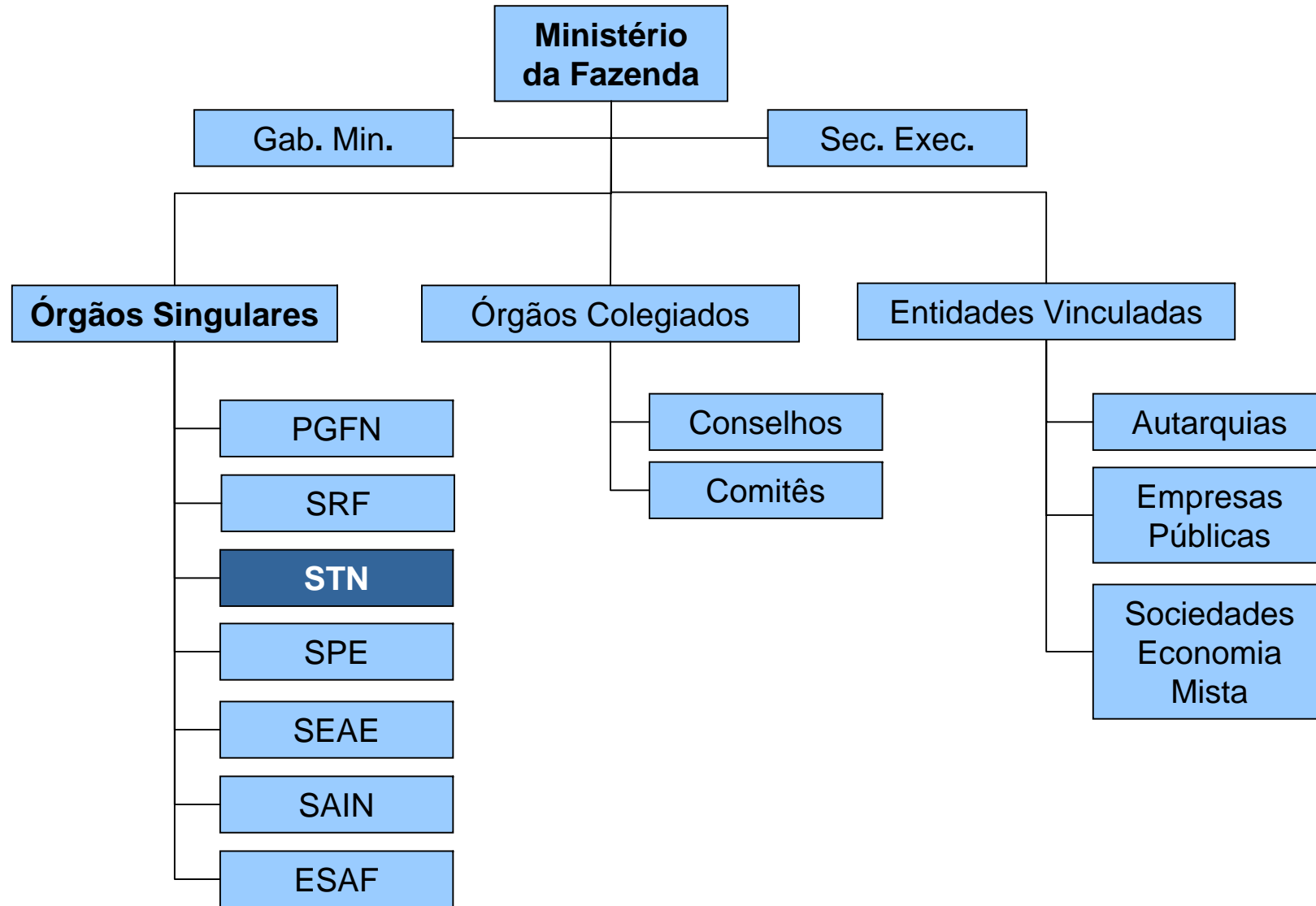
Aspectos Fiscais

Dívida Pública Federal



Organograma

Posicionamento da STN na Estrutura do MF





Histórico da STN

Decreto nº 92.452/86

Criação da STN em 10 de março de 1986

- Assume as atribuições da Comissão de Programação Financeira (CPF) e da Secretaria de Controle Interno (SECIN) e as funções fiscais desempenhadas pelo BACEN e BB
- Foi incorporada à estrutura administrativa do MF

Decreto nº 93.874/86

- Reestrutura o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, reunindo os Sistemas de Programação Financeira e de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, posicionando a STN como seu órgão central



Histórico da STN

Marcos Históricos

- **1987**- Criação do Sistema Integrado de administração Financeira do Governo Federal (SIAFI);
- **1987** - Criação da Carreira Finanças e Controle;
- **1988** - Criação da Conta Única do Tesouro, eliminando 5.000 contas bancárias governamentais;
- **1988** - Unificação dos orçamentos, eliminando o orçamento monetário;
- **1989** - Primeiro concurso público;
- **Final dos anos 80** - Assume atividades relativas aos programas de fomento à agricultura e às exportações;
- **Ainda nos anos 80** - Assume a administração da Dívida Mobiliária Interna.
- **Anos 90**: Assume o gerenciamento de todos os compromissos do Governo Federal (Administração da Dívida Pública Federal).



Histórico da STN

Marcos Históricos

- **1994** – Segregação das funções de administração financeira das de controle e auditoria (criação da Secretaria Federal de Controle – SFC).
- **1995** – Programa de ajuste fiscal dos estados e municípios.
- **1997** – Atividades referentes à reestruturação e assunção de passivos contingentes;
- **2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- **2002** – Tesouro Direto.
- **2004/2005** – Assume efetivamente a gestão da Dívida Mobiliária Externa.
- **2004/2005** – Criação de área voltada para a gestão das PPP e PPI.
- **2006** – Tesouro Nacional completa 20 anos.



Histórico da STN

Os Secretários

- **Andrea Sandro Calabi (Mar/1986 a Fev/1988)**
- **Paulo César Ximenes Alves Ferreira (Fer/1988 a Mar/1988)**
- **Luiz Antônio Andrade Gonçalves (Mar/1988 a Mar/1990)**
- **Roberto Figueiredo Guimarães (Mar/1990 a Out/1992)**
- **Murilo Portugal Filho (Out/1992 a Nov/1996)**
- **Eduardo Augusto de Almeida Guimarães (Nov/1996 a Jun/1999)**
- **Fabio de Oliveira Barbosa (Jul/1999 a Abr/2002)**
- **Eduardo Refinetti Guardia (Mai/2002 a Dez/2002)**



Missão do Tesouro Nacional

*“Defender o cidadão-contribuinte,
de hoje e de amanhã, por meio da busca
permanente do equilíbrio dinâmico entre
receitas e despesas e da
transparência do gasto público”*



Nossa marca



Receita/Despesa/Equilíbrio



Objetivos Estratégicos do Tesouro Nacional

- Promover medidas de políticas econômico-fiscais adequadas e compatíveis com a sustentabilidade macroeconômica do País.
- Aperfeiçoar a Gestão da Dívida Pública Federal de responsabilidade do Tesouro Nacional, desenvolvendo política de gerenciamento de risco e fomentando o mercado secundário de títulos públicos federais, aumentando a base de investidores.
- Aperfeiçoar a gestão dos haveres mobiliários e financeiros do Tesouro Nacional.
- Apoiar e acompanhar o processo de ajuste fiscal dos entes federativos, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.



Objetivos Estratégicos do Tesouro Nacional

- Aperfeiçoar a programação financeira do Tesouro Nacional, gerenciando a conta única, avaliando os gastos governamentais e estabelecendo normas sobre a execução orçamentária, financeira e contábil.
- Tornar pública informações econômico-fiscais em cumprimento a dispositivos legais, obrigações e/ou acordos internacionais.
- Promover a consolidação das Contas Públicas das três esferas de governo.
- Garantir a transparência do gasto público.
- Buscar o equilíbrio dinâmico e permanente das receitas e despesas públicas
- Modernizar a gestão do Tesouro Nacional.



Principais Macroprocessos

**Macroprocessos
Finalísticos**

Relações Federativas

Gestão da Dívida Pública

Gestão Fiscal

Contabilidade Governamental

**Macroprocessos
Corporativos**

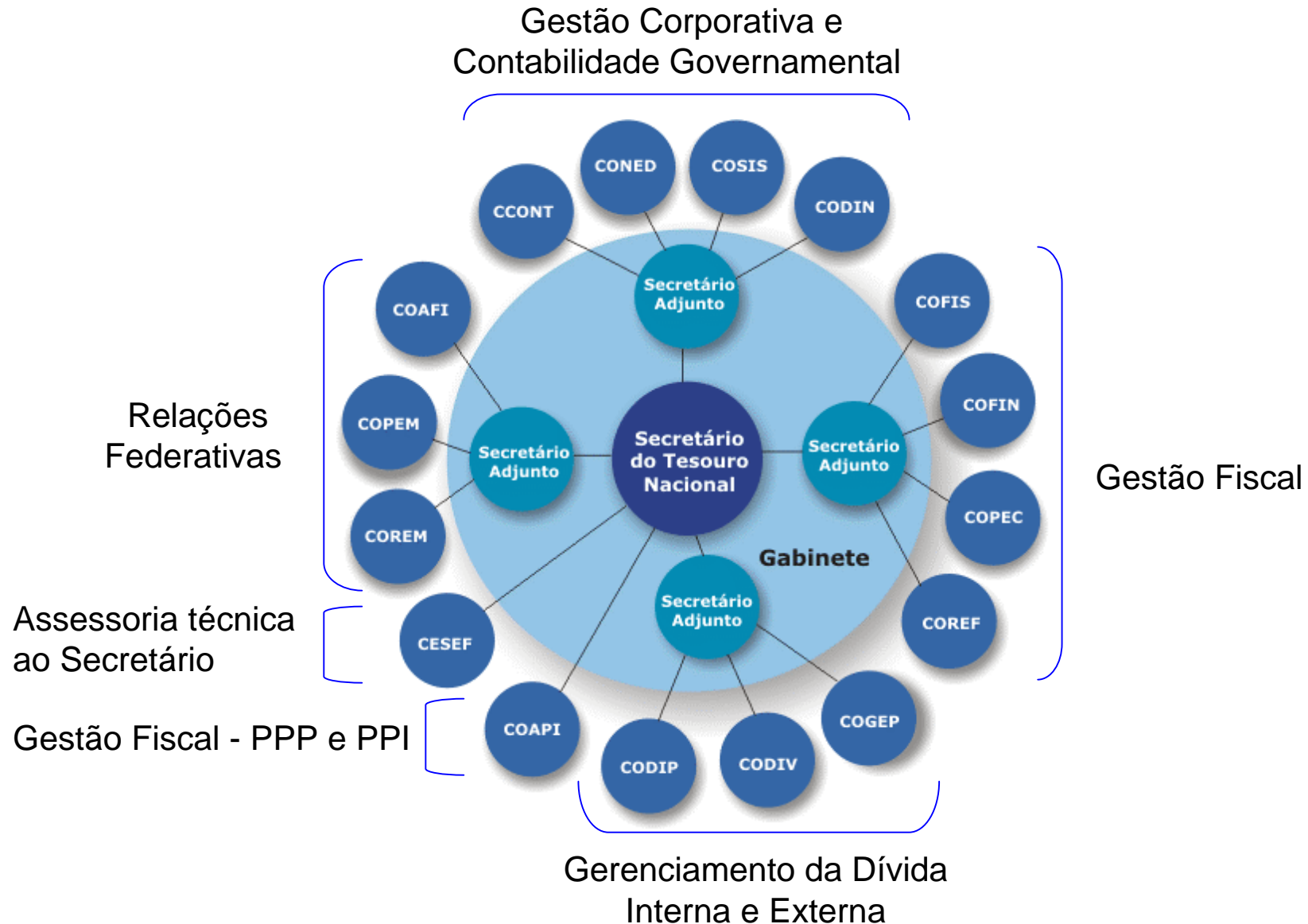
**Desenvolvimento
Institucional**

**Tecnologia da
Informação**



Organograma da STN

Secretarias Adjuntas e Coordenações





Quadro de Pessoal

Quantitativo de Servidores da STN

Cargo	Quantidade de Servidores	Distribuição
Analistas de Finanças e Controle	466	65%
Técnico de Finanças e Controle	165	23%
Outros	81	11%
Total	712	100%

- Dados de 28/02/2006 ; O item "OUTROS" é composto por funcionários cedidos de outros órgãos e PCC.

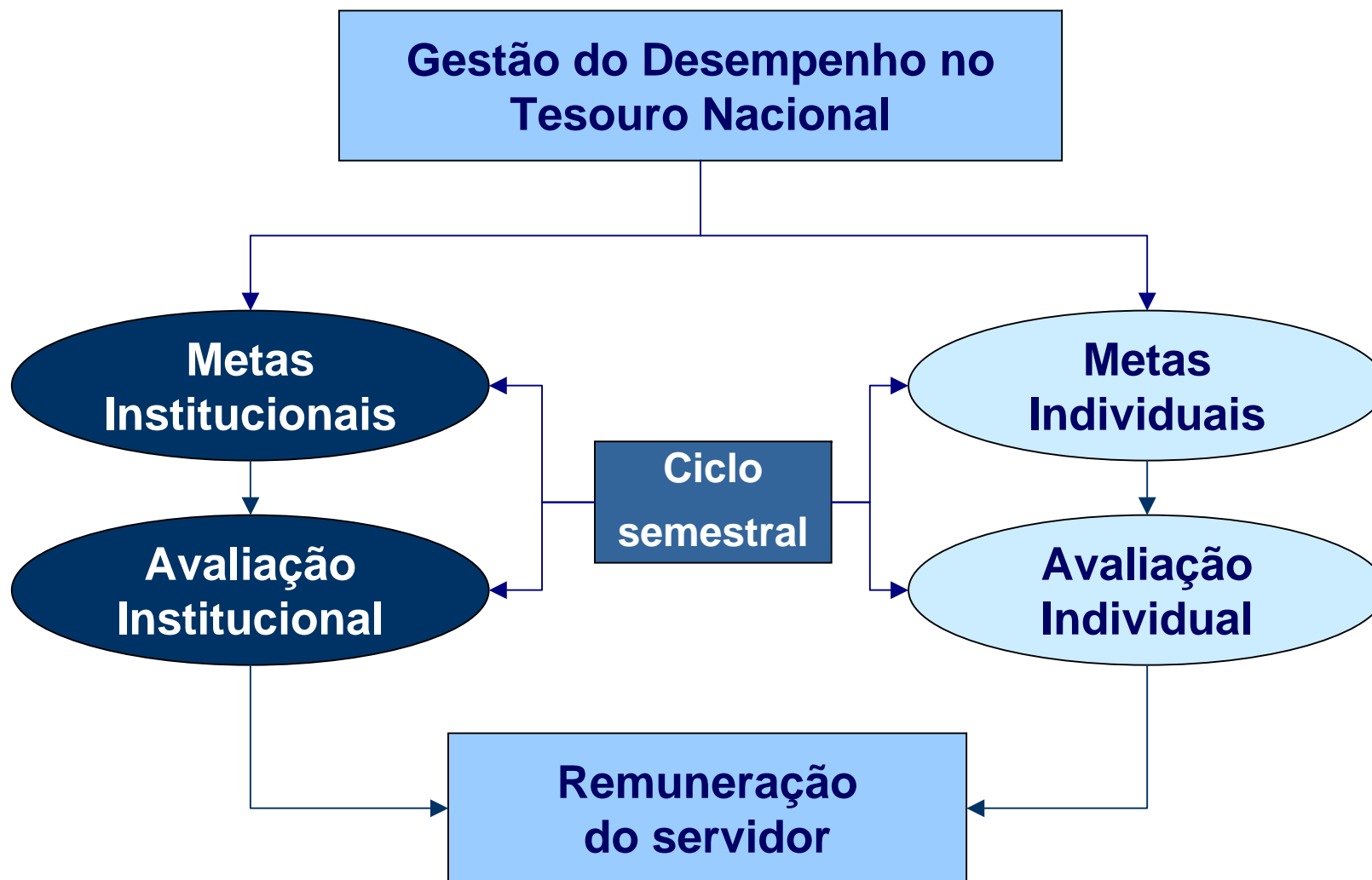
Pós-Graduação - 1995/2005

Evento	Total
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	166
Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	39
Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no Exterior	08



Modelo de Gestão de Desempenho

Modelo Baseado em Desempenho Institucional e Individual





Registros Importantes

Melhoria das Condições Físicas e Prêmio do Tesouro Nacional



Mesa de operações do
Tesouro Nacional

Prêmio Tesouro Nacional
Desde 1996, incentivando a Pesquisa
na Área das Finanças Públicas





Registros Importantes

Responsabilidade Fiscal Debatida com a Sociedade



Evento comemorativo
dos 5 anos da Lei de
Responsabilidade Fiscal

Em 2006, o Tesouro Nacional
completa 20 anos



Agenda

Aspectos Institucionais

Aspectos Fiscais

Dívida Pública Federal



SIAFI - Sistema de Informação Financeira do Governo Federal

Histórico - Até 1986

Sistema de Informação Financeira do Governo Federal

- Cada Unidade Administrativa com seu sistema próprio.
- Falta de integração entre as Unidades.
- Incompatibilidade dos dados, inviabilizando a tomada de decisões.
- Tramitação física excessiva de documentos.
- Falta de tempestividade na obtenção de informações.
- Baixo nível de transparência.

Criação do SIAFI - 1987

Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

- Permitiu a otimização da administração financeira, orçamentária e patrimonial, por meio de um sistema integrado para todo o Executivo Federal.



SIAFI

Principais Benefícios

- Padronização de procedimentos.
- Contabilização *on-line* dos documentos do sistema.
- Controle imediato da execução orçamentária e financeira.
- Compatibilidade dos dados e informações gerenciais.
- Transparência das informações.
- Vinculação dos atos e fatos à sua efetiva contabilização no Sistema.





SIAFI

O SIAFI em Números



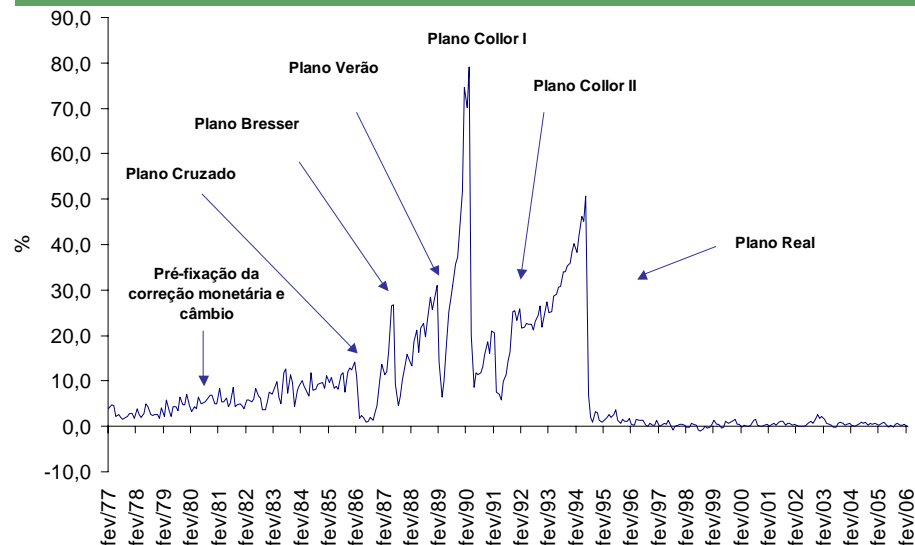
Indicadores do SIAFI Operacional	1999	2005
Usuários Cadastrados	33.458	55.668
Usuários Simultâneos	1.500	2.600
Unidades Gestoras	13.869	19.188
Unidades Gestoras Executoras	4.650	8.730
Nº de Transações / Ano	469.608.717	624.400.487
Terminais/Micros Instalados	5.383	Acesso Internet

Fonte: SIAFI



Controle da Inflação e Equilíbrio Fiscal

Inflação de 1976/2004 - IPC (FIPE) - mensal (%)



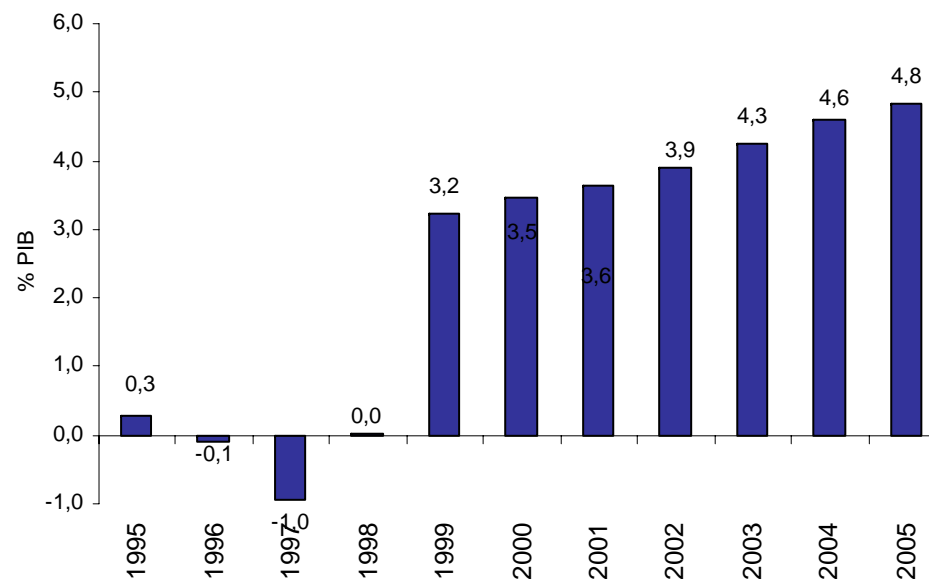
Consolidação do ajuste fiscal

- Aliado a outros fatores estruturais e de gestão, o controle da inflação foi sucedido por um período de baixa performance fiscal.
- No entanto, desde fins da década de 90 o governo brasileiro vem realizando um bem-sucedido programa de ajuste fiscal, expresso por superávits primários consistentes com a redução da dívida pública no médio prazo.

Sucesso no combate à inflação

- Apesar do longo histórico de inflação alta, em meados da década de 90 o governo brasileiro realizou um bem-sucedido programa de controle inflacionário.
- Por outro lado, o fim da inflação revelou graves desequilíbrios fiscais do governo brasileiro, encobertos pelo chamado "imposto inflacionário".

Superávit Primário do Setor Público (% PIB)



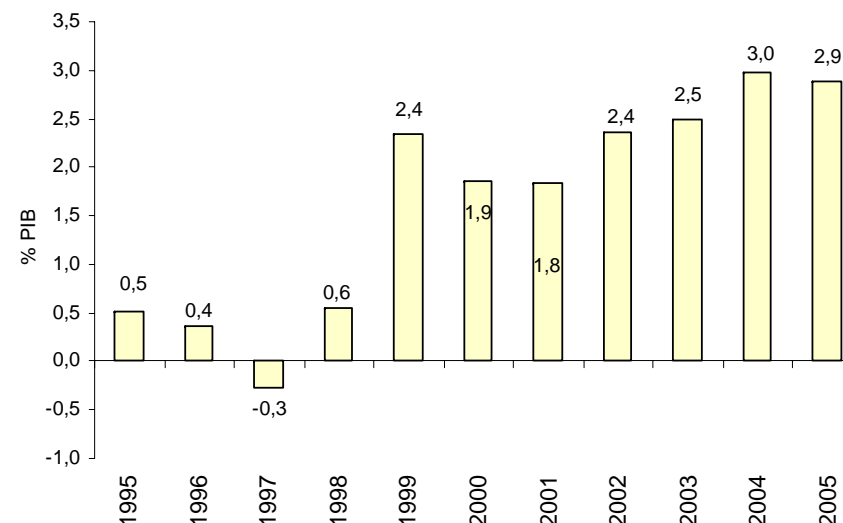


Ajuste fiscal disseminado em todas as esferas de governo

Ajuste fiscal do governo central e acordo com FMI

- Após uma série de crises sistêmicas no mercado financeiro mundial (México, tigres asiáticos, Rússia), o governo brasileiro articulou com o FMI no final de 1998 um programa de estabilização, acompanhado do necessário equilíbrio fiscal.
- Mesmo após o encerramento do acordo, no início de 2005, o governo brasileiro manteve o firme compromisso com a estabilidade fiscal.

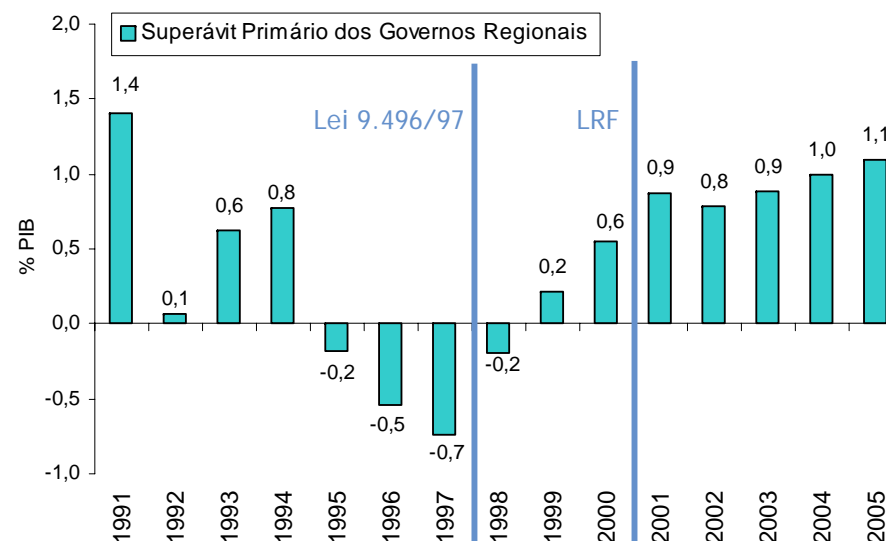
Superávit Primário do Governo Central (% PIB)



Fonte: Banco Central

Renegociação de dívidas, responsabilidade fiscal e êxito na consolidação fiscal dos governos regionais

- Por sua vez, a busca do equilíbrio fiscal no âmbito dos governos regionais foi marcada por dois importantes marcos:
 - A negociação das dívidas dos governos estaduais com o governo federal, regulamentada no âmbito da Lei 9.496/97, e dos governos municipais com a MP 2.185/01.
 - Edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, expressa nos termos da Lei Complementar 101/00.



Fonte: Banco Central



Longo histórico de renegociações das dívidas dos governos regionais...

Rolagem de dívidas externas e internas de Estados e Municípios (Lei 7.976, de 27/12/1989)

- **Objeto:** autorizou o refinanciamento e financiamento de dívidas de entidades da administração direta e indireta, estadual e municipal, oriundas de empréstimos-ponte concedidos pela União, para honrar compromissos externos garantidos pelo Tesouro Nacional, sob a sistemática do Aviso MF 30/83 e sucedâneos, e de operações de créditos internas realizadas com base nos Votos nºs 340/87 e 548/87 do CMN.
- **Amortização:** semestral em junho e dezembro, a partir de junho/95.
- **Juros:** pagos mensalmente, desde 01.01.90. **Encargos:** *libor* 3 meses+0,8125% a.a., ou TR+10% ou 12% a.a.
- **Vencimento final:** até 31.12.2009.
- **Adesão:** 22 estados, 13 municípios e 37 entidades da administração indireta estadual e municipal.

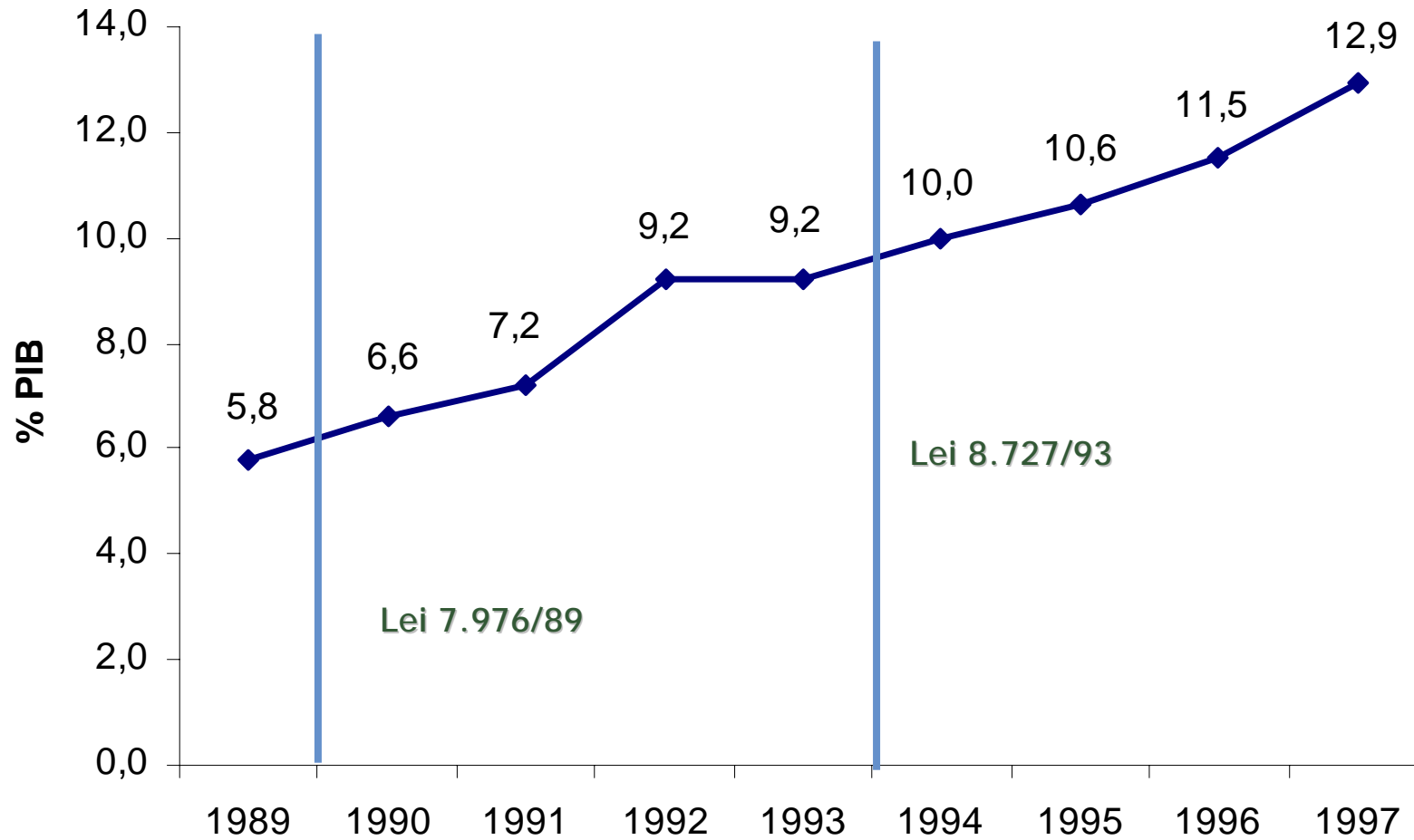
Programa de Saneamento do Setor Público (Lei 8.727, de 05/11/1993)

- **Objeto:** refinanciamento, pela União, do saldo das dívidas existentes em 30.06.93, decorrentes de operações de crédito interno contratadas até 30.09.91 junto a órgãos e entidades federais, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e Municípios.
- **Juros:** pagos mensalmente. **Encargos:** aqueles pactuados junto aos credores originais
- **Vencimento final:** até 20 anos.
- **Adesão:** 25 estados e 112 municípios. Montante: US\$ 20,8 bilhões.



... não foi suficiente para controlar a crise de endividamento

Dívida Líquida dos Governos Regionais 1989-1997 (% PIB)



Fonte: Banco Central



Estratégia adotada pelo governo federal: novo refinanciamento de dívidas, acompanhado de reformas fiscais estruturais.

Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal dos Estados - Lei 9.496 / 1997

Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal dos Municípios - MP 2.185-35 / 2001

Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes) - MP 2.192-70 / 2001



Lei nº 9.496, de 11/09/1997

Diagnóstico

- **Alto custo e prazo reduzido** da dívida mobiliária dos governos estaduais;
- **Déficits primários** implicavam trajetória crescente da dívida;
- **Elevada rigidez da despesa**, especialmente folha de pessoal.

Metas

- Trajetória D/RLR → 1,0 (meta principal);
- Resultado primário;
- Despesas com funcionalismo público;
- Arrecadação de receitas próprias;
- Privatização, permissão ou concessão de serviços públicos, reforma administrativa e patrimonial;
- Despesas de investimento em relação à RLR.

Objeto

- **Dívida pública mobiliária** constituída até 31.03.96, inclusive rolagem;
- **Operações de crédito interno e externo**, ou de natureza contratual, relativas a despesas líquidas e certas, exigíveis até 31.12.94;
- **Empréstimos junto à Caixa Econômica Federal**, ao amparo da Voto 162/95, do Conselho Monetário Nacional.

Dados do Programa

- **Adesões:** 25 estados.
- **Prazo:** 30 anos (3 estados: 15 anos).
- **Juros:** 6% a.a. (4 estados: 7,5% a.a.).
- **Indexador:** IGP-DI.
- **Dívida assumida pela União:** R\$ 100,5 bilhões.
- **Subsídio inicial:** R\$ 11,2 bilhões.
- **Subs. acumulado (31.12.2005):** R\$ 121,8 bilhões.
- **Saldo atual (31.12.2005):** R\$ 250,5 bilhões.



PROES e renegociação de dívidas dos governos municipais

Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal dos Municípios - MP 2.185-35 / 2001

- **Objeto da renegociação:** (i) dívida pública mobiliária interna e externa constituída até 12.12.95, inclusive rolagem; (ii) dívidas junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras, cujos contratos tenham sido firmados até 31.01.99; (iii) dívidas junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, decorrentes de cessão de crédito firmada até 31.01.99; (iv) dívida relativa a operações de antecipação de receita orçamentária, contraída até 31.01.99. **Adesão:** 180 municípios.
- **Prazo:** 30 anos, exceto aqueles decorrentes de precatórios judiciais que terão prazo de 120 meses.
- **Juros:** 9% a.a., podendo ser reduzido para 7,5% ou 6%, na eventualidade de amortização extraordinária em 10% ou 20% do valor refinanciado. **Indexador:** IGP-DI

Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes) - MP 2.192-70/01

- **Objetivo:** estabeleceu mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária;
- **Modalidades dos empréstimos:** (i) federalização para privatização ou extinção; (ii) extinção e criação de agência de fomento; (iii) extinção; (iv) saneamento para privatização; (v) saneamento sem privatização.
- **Prazo:** 30 anos **Indexador:** IGP-DI **Juros:** 6% a.a. **Adesão:** 21 estados e 38 instituições financeiras
- Os saldos devedores desses financiamentos podem se integrar ao saldo devedor do contrato de refinanciamento de que trata a lei nº 9.496/97

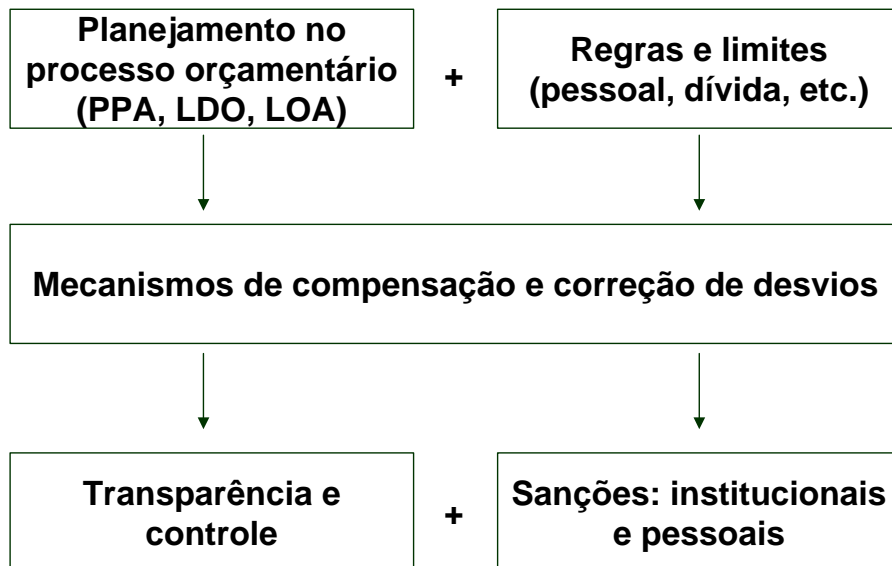


Para reforçar o arcabouço legal, foi editada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

O que é a LRF?

- Um código de boas condutas de finanças públicas, composta por indicadores a serem seguidos e punições pecuniárias e penais;
- Um instrumento para promover uma mudança estrutural do regime fiscal, uma vez que introduziu conceitos como: responsabilidade na gestão dos recursos públicos, prestação de contas, transparência e controle social.

Elementos da gestão fiscal responsável na LRF



Motivação e contexto da elaboração da LRF

- Alto nível de endividamento em todas as esferas de governo. Conseqüências: sucessivas renegociações e assunções de dívidas destes entes.
- Falta de controle dos gastos públicos e sucessivos déficits anuais causando aumento explosivo da dívida pública nos três níveis de governo.
- Descontrole das despesas com pessoal nos Estados e Municípios.

Transparência, Controle Social e Fiscalização

- Amplo acesso público, inclusive por meio eletrônico: PPA, LDO, LOA
- Aumenta a participação do Legislativo no controle das contas públicas.
- Consolidação Nacional das Contas.
- Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).
- LRF fornece os instrumentos para o trabalho dos Tribunais de Contas.



Um breve resumo das normas contidas na LRF e os resultados obtidos

Resumo das sanções

- **Institucionais** -> Ficam suspensas:
 - transferências voluntárias
 - obtenção de garantias
 - contratação de operações de crédito
- **Pessoais** (Lei de Crimes Fiscais Lei 10.280/2000):
 - Detenção (3 meses a 2 anos), reclusão(1-4 anos)
 - multa de 30% dos vencimentos anuais (infração administrativa punida pelo TC)
 - perda de cargo
 - inabilitação para exercício de função, cargo ou emprego público por 5 anos

Sobre a Dívida Consolidada Líquida (Resolução 40, do SF)

- **Limite por esfera de governo (DCL/RCL):**
 - Estados: 2,0
 - Municípios: 1,2
- **Regra de recondução ao limite:** até 15 anos, sendo 1/15 do excedente a cada ano.
- Em 2001: 5 Estados estavam acima do limite de 2%
- Em 2005: 3 Estados ainda estão acima, mas reduziram a razão DCL/PIB. (Crise 2002: dólar/IGP-DI. Dos 27 Estados, 20 reduziram sua relação DCL/RCL.
- Mais de 98% dos municípios estão enquadrados.

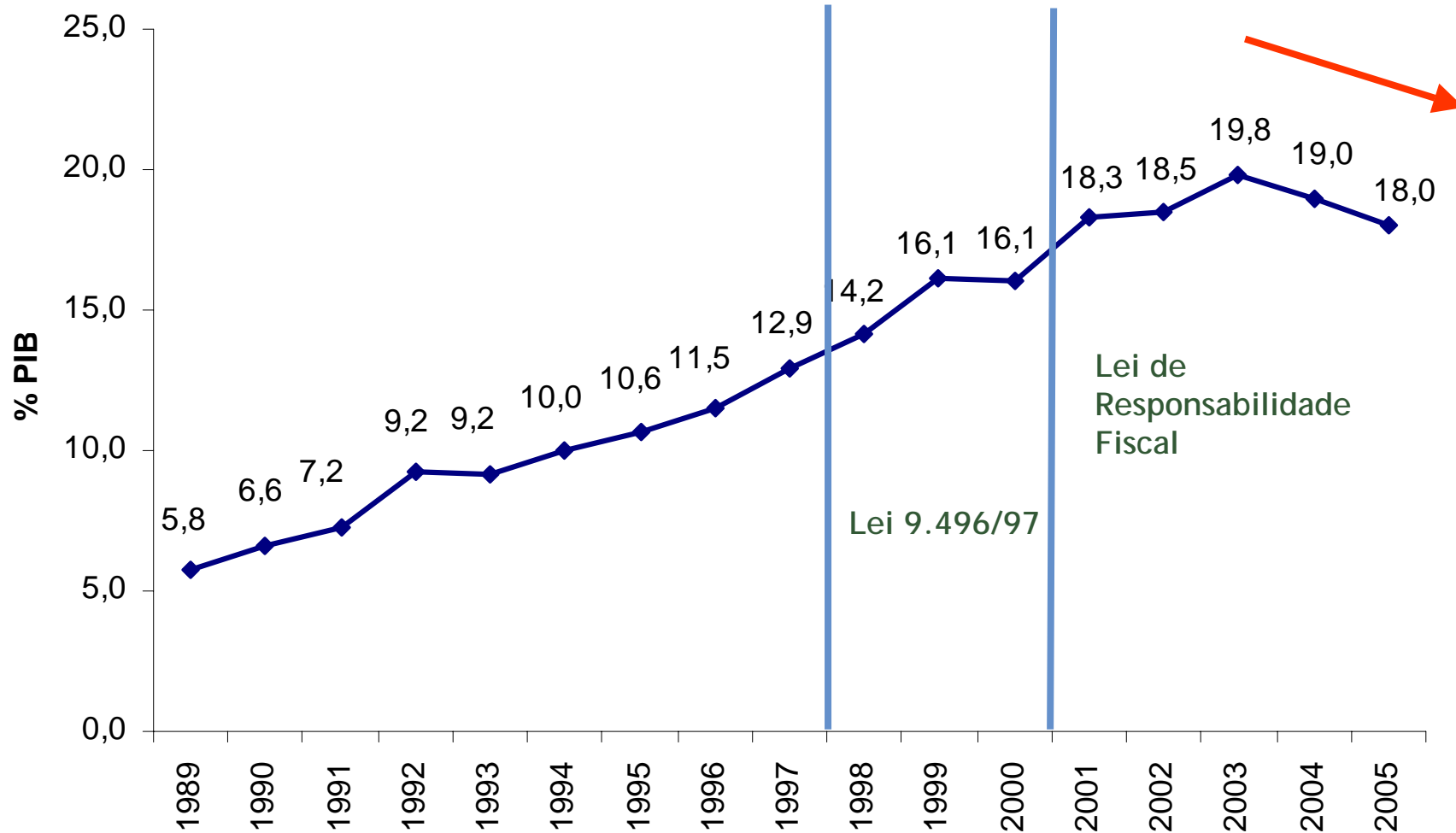
Limites para as despesas com pessoal

- **Limite para despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida;**
 - **União: 50%** (Executivo: 40,9%, Judiciário: 6,0%, Legislativo: 2,5%, Ministério Público: 0,6%).
 - **Estados e Municípios: 60%** (Executivo: 49,0%, Judiciário: 6,0%, Legislativo: 3,0%, Ministério Público: 2,0%).
- Em 1996, só 6 dos 27 Estados/DF cumpriam. Em 2000, já 18 passaram a cumprir. Em 2005 todos cumprem (Poder Executivo).
- **Limite Prudencial:** se Desp. Pessoal > 95% do limite, ficam vedados:
 - aumento, ou adequação de remuneração criação de cargo, emprego ou função;
 - alteração da estrutura carreira (+despesas)
 - admissão ou contratação a qualquer título (exceto aposentadorias ou falecimento nas áreas educação saúde e segurança)
 - hora extra
- **Se ultrapassar limite prudencial:** 3 quadrimestres para enquadrar. Enquanto perdurar o excesso vedadas as transferências voluntárias e contratação de operações de crédito



Esses avanços institucionais culminaram, finalmente, no controle do endividamento dos governos regionais

Dívida Líquida dos Governos Regionais (% PIB)

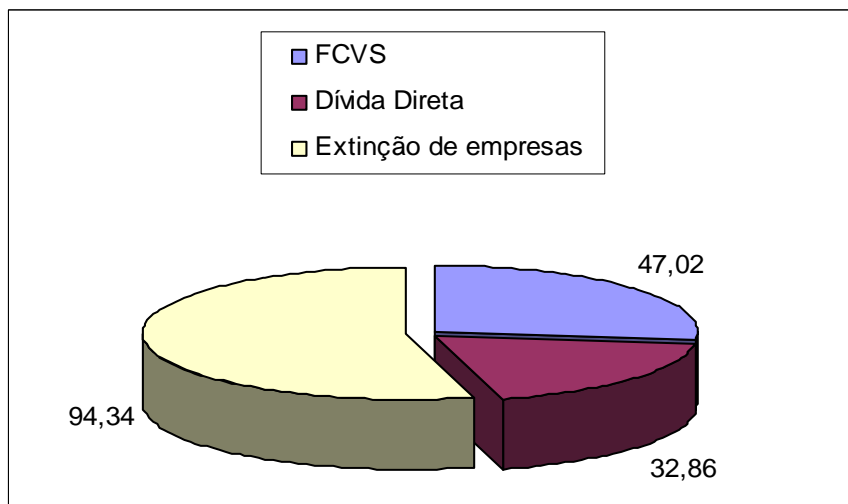


Fonte: Banco Central



Dívidas já renegociadas - Passivos Contingentes

Dívidas securitizadas de 1990 a 2005, em R\$ bilhões



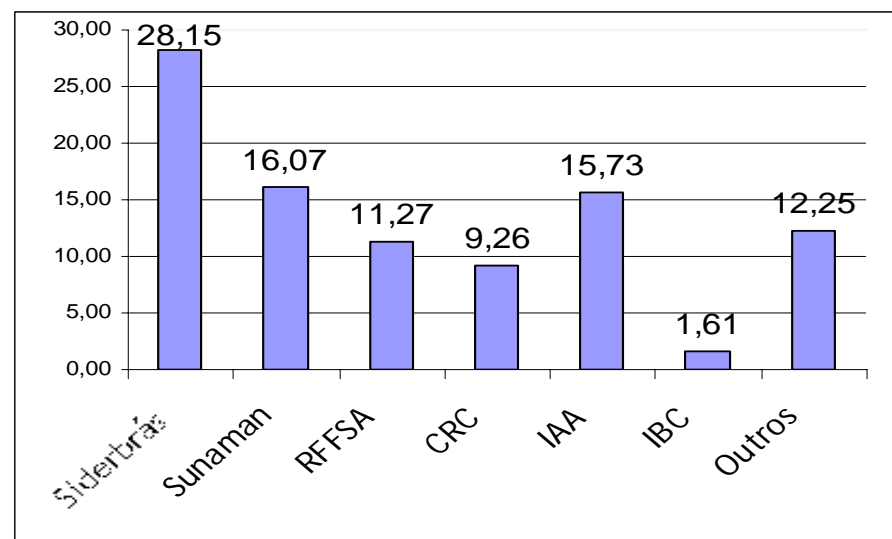
Histórico da Assunção e Reestruturação de Passivos

- Por meio do processo de securitização de dívidas, até 2005, foram emitidos títulos públicos no montante estimado de R\$174,2 bilhões, conforme quadro acima.
- Desse montante, destacam-se as dívidas decorrentes da extinção de entidades e órgãos da Administração Federal, cujas principais securitizações encontram-se no quadro ao lado.

Origem da Assunção e Reestruturação de Passivos

- Adoção de política de redução da participação do Estado na economia, mediante a privatização e extinção de Empresas Estatais, com a assunção, pela União, dos direitos e obrigações;
- As dívidas diretas são decorrentes de autorização legal, incluindo obrigações relativas à divisão e criação de estados;
- Assunção das dívidas originárias do FCVS.

Dívidas decorrentes da extinção de entidades/órgãos da Administração assumidas até 2005, em R\$ bilhões.





Dívidas em processo de reconhecimento: habitação e Emgea

FCVS: custo estimado em R\$ 72 bilhões, com gradual reconhecimento da dívida decorrente da defasagem em os salários e encargos dos financiamentos do sistema habitacional

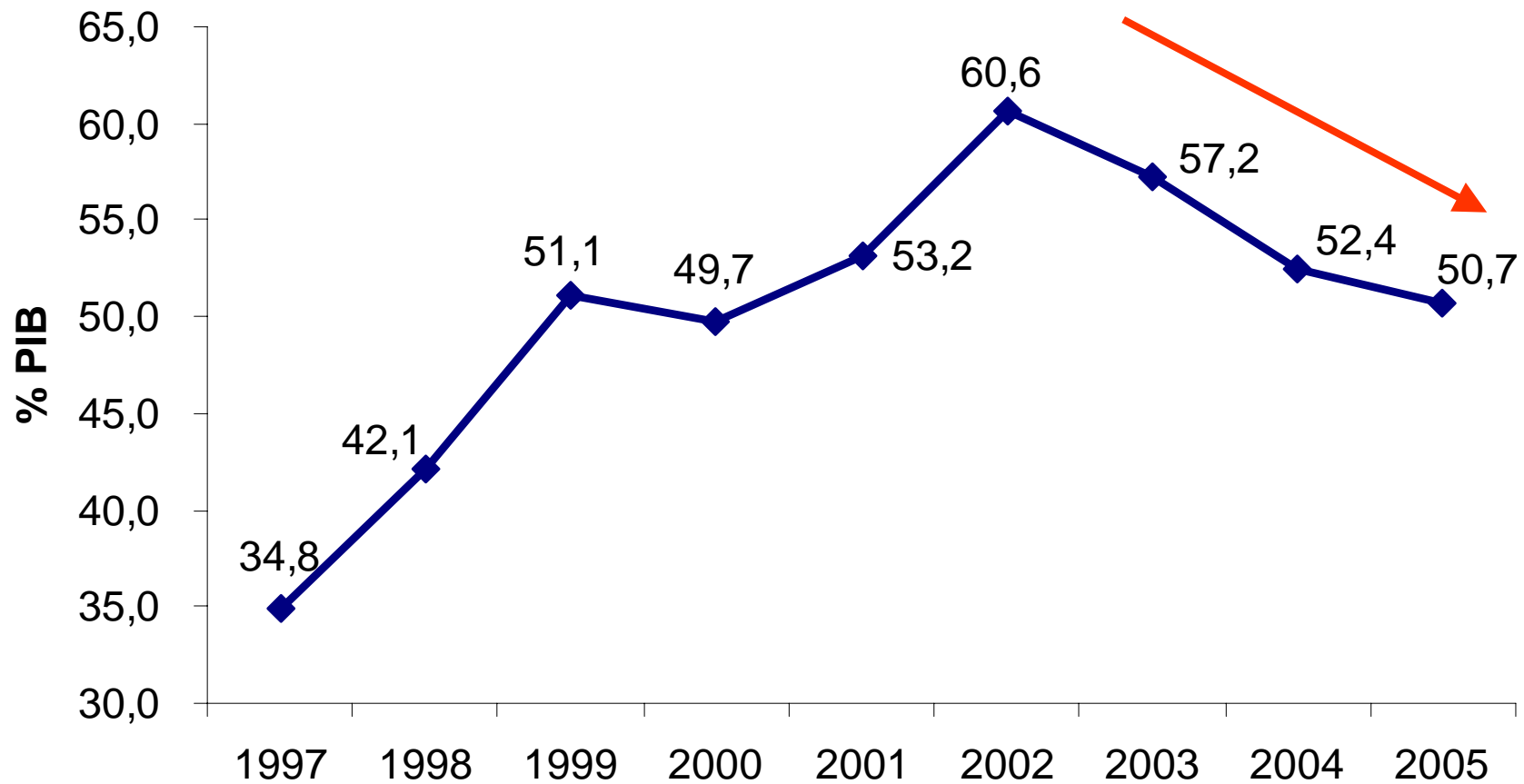
Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF)

- O Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF) teve por objetivo sanear os bancos públicos federais com vistas a assegurar a liquidez e a adequada estrutura patrimonial.
- No âmbito do PROEF, foi criada a Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) com o objetivo de adquirir bens e direitos da Administração, promover o restabelecimento de fluxos e o equacionamento da situação de inadimplência.
- Ressalta-se que dentre os ativos absorvidos pela EMGEA junto à Caixa destacam-se os financiamentos habitacionais efetuados no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), da ordem de R\$ 26,0 bilhões.
- Com vistas a viabilizar a recuperação desses ativos, a Emgea lançou programa de descontos que permitem a renegociação de obrigações junto aos mutuários, o que implicou em uma necessidade de capitalização do Tesouro Nacional da ordem de R\$ 8,0 bilhões.



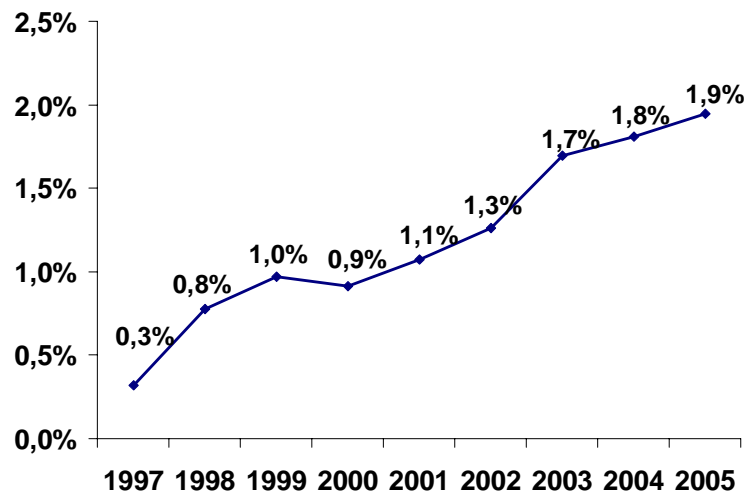
Em resumo, esse conjunto de medidas e ações logrou o controle e declínio sustentado da dívida líquida do setor público

Dívida Líquida do Setor Público (% PIB, valorizado IPCA)



Novos Desafios: Conter o déficit da Previdência Social

O problema: crescimento do déficit previdenciário (% PIB)

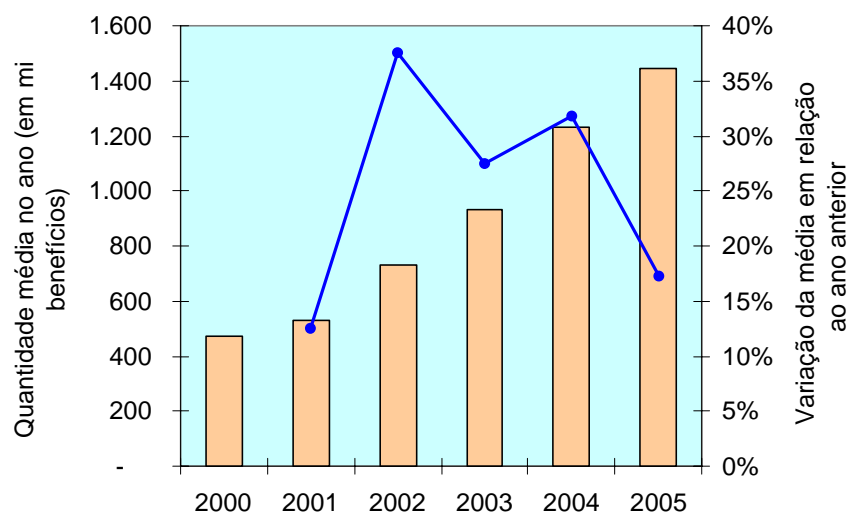


Fonte: STN

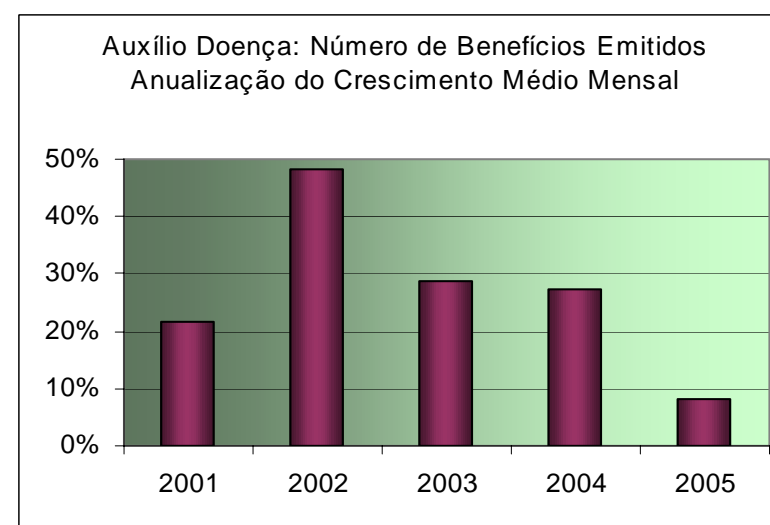
A solução: gestão eficiente do sistema previdenciário

- **Censo previdenciário:** eliminar pagamentos indevidos a partir da atualização cadastral de titulares de benefícios; também melhorar a prestação dos serviços pela aproximação da Previdência e seus segurados.
- **Auxílio-doença.** Programa Copes (Cobertura Previdenciária Estimada): eliminação de exames intermediários, com decisão pericial conclusiva e resolutiva, & menor duração média de concessão do benefício.

Dados do Benefício de Auxílio-Doença



Fonte: STN



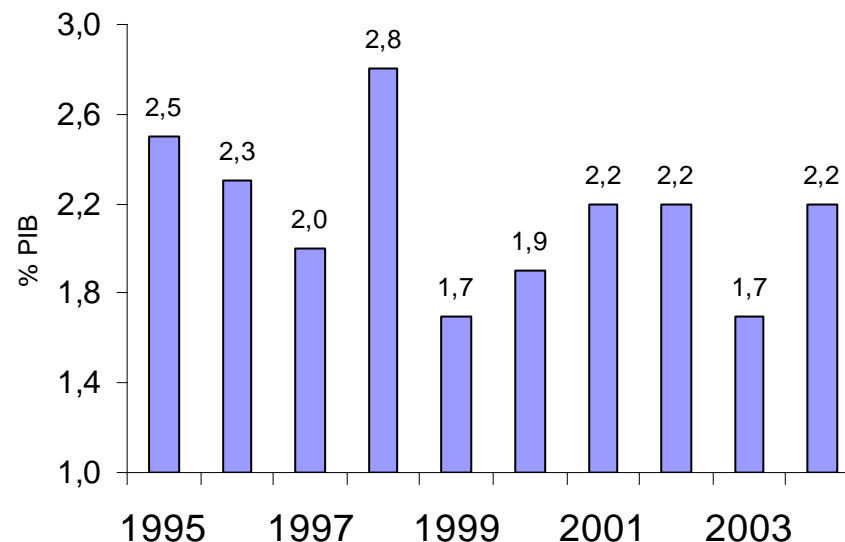


Novos Desafios: Aumentar os investimentos públicos

A solução: aumentar a eficiência dos gastos públicos

- **Projeto Piloto de Investimentos (PPI):** O Governo Federal vem estruturando uma política sustentável de investimentos em infra-estrutura, a qual abarca maior participação da iniciativa privada (concessões e PPPs), bem como a ampliação dos gastos e principalmente da qualidade dos investimentos diretos do setor público.
- O mote para a garantia de aporte adicional de recursos proporcionado pelo PPI é o **aprimoramento das técnicas de gestão, seleção e acompanhamento de projetos**, com reflexos positivos sobre a eficiência dos investimentos em infra-estrutura.
- Os projetos abrangidos pelo PPI foram eleitos em função dos seguintes princípios: (i) Manutenção de ativos estratégicos em infra-estrutura; (ii) Finalização de projetos; (iii) Redução dos gargalos em infra-estrutura logística; (iv) Alavancagem da competitividade do país; (v) Ampliação da arrecadação ou redução das despesas públicas.

O problema: queda do investimento da adm. pública



Fonte: IBGE, Giambiagi.

Balanco do PPI no setor de Transportes em 2005

Carteira de Investimentos em Transportes, 2005

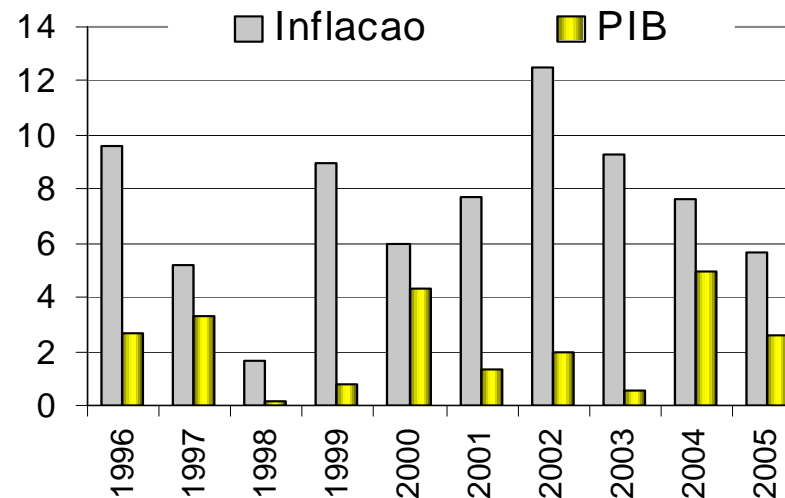
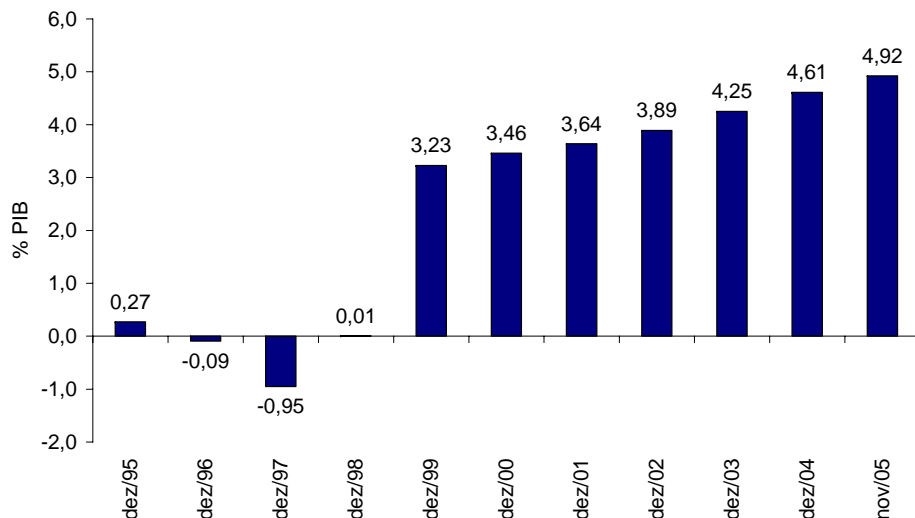
Intervenção	Orçamento Empenhado Pagamento			Físico
	Em R\$ Milhões			
Restauração	1.258	1.239	506	4.262 Km
Adequação	1.129	1.113	341	314 Km
Portos	193	193	34	07 Portos
Ferrovias	278	274	133	96,5 Km

Fonte: STN.

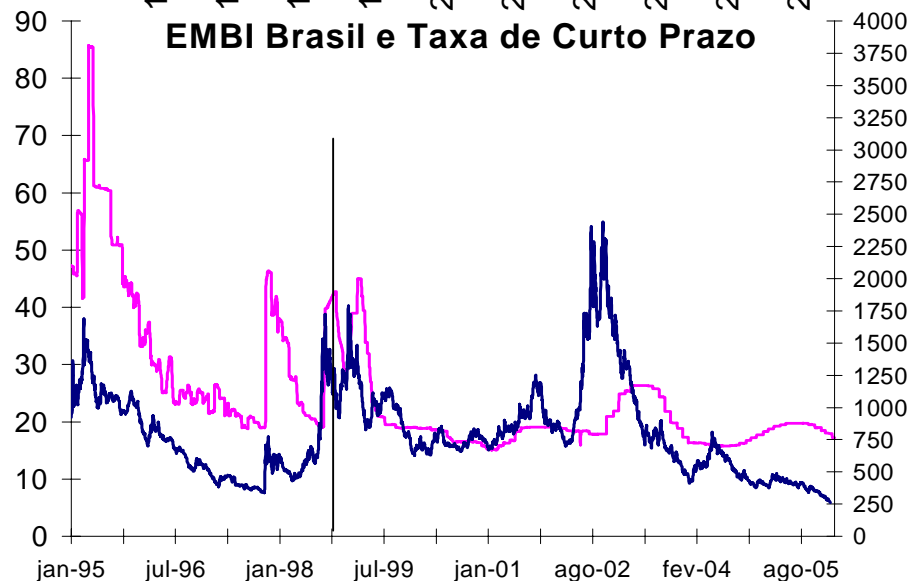
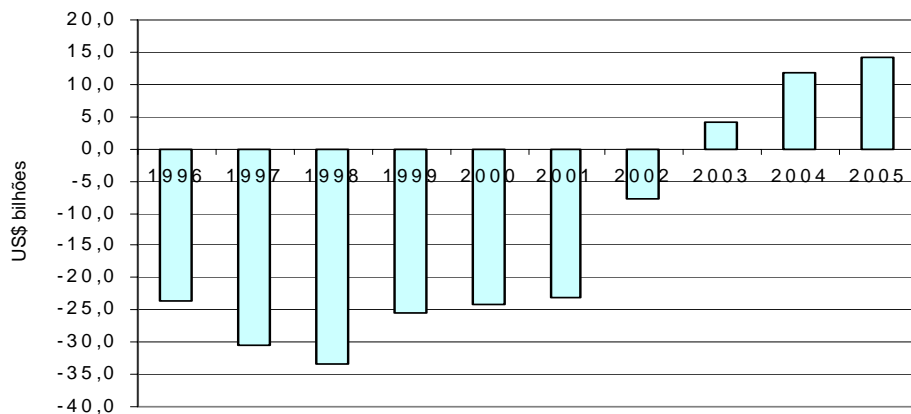


Painel macro dos últimos 10 anos

Resultado Primário do SPNF



Saldo em Transações Correntes



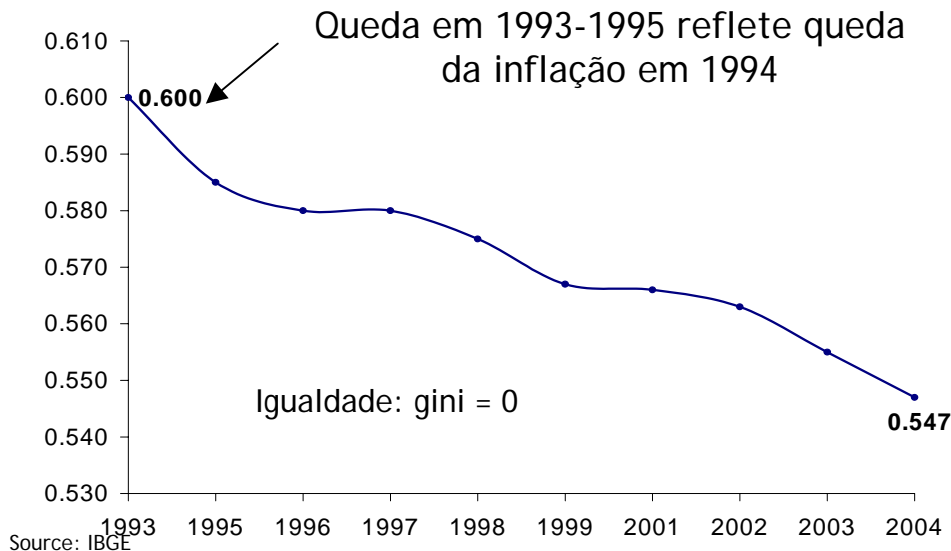
Classificação de Risco

Brazil	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Moody's	B1	B2	B2	B1	B1	B2	B2	B1	Ba3
S & P	BB-	BB-	B+	B+	BB-	B+	B+	BB-	BB
Fitch	B+	B+	B	BB-	BB-	B	B+	BB-	BB-



Melhora dos indicadores sociais

Índice de Gini para renda do trabalho



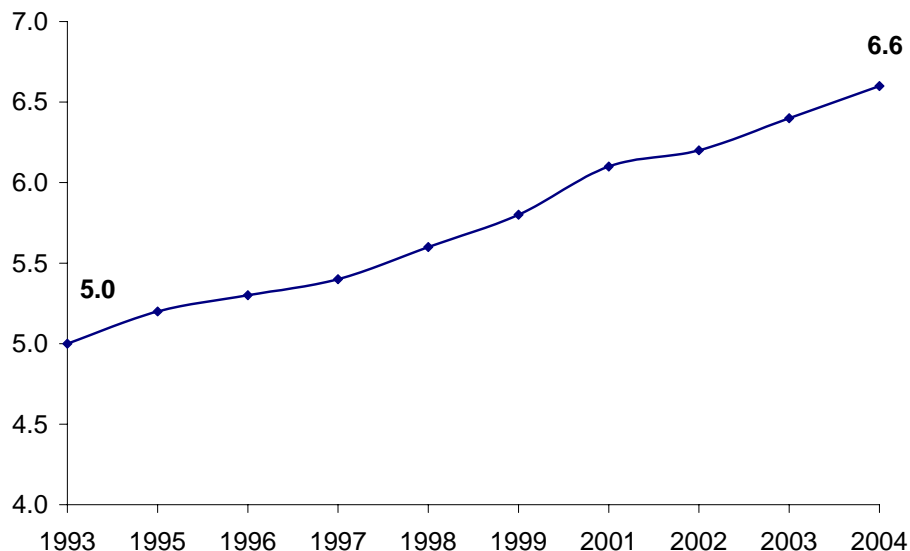
Proteção social pondo um piso na pobreza

	% Population living with		Survey date
	< US\$ 1/day	<US\$ 2/day	
BRASIL	8,2	22,4	2001
CHINA	16,6	46,7	2001
ÍNDIA	35,3	80,6	1999-00
RÚSSIA	<2	7,5	2002
INDONÉSIA	7,5	52,4	2002
MALÁSIA	<2	9,3	1997
MÉXICO	9,9	26,3	2000
FILIPINAS	15,5	47,5	2000
TAILÂNDIA	<2	32,5	2000

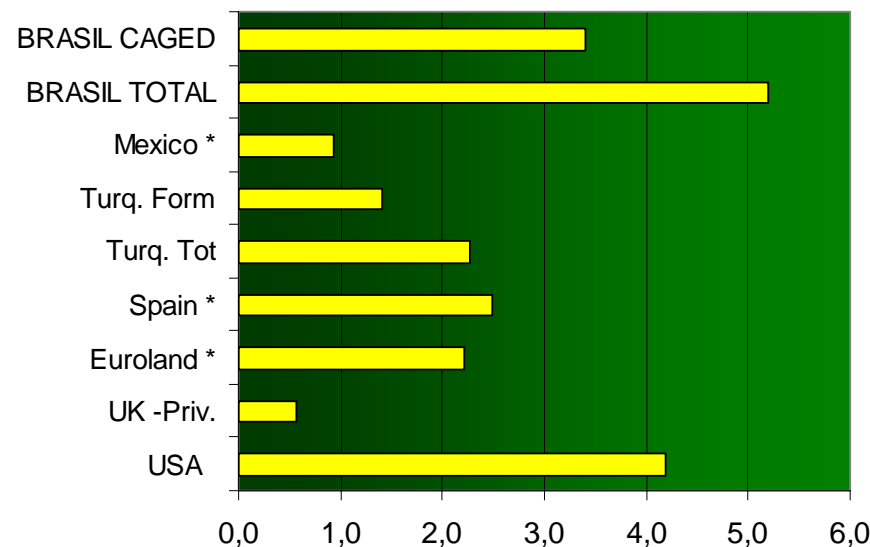
Source: World Bank

Anos de escolaridade: população com + de 10 anos

MACROECONOMIC OVERVIEW



Yearly Average Minimum Wage in US\$/month



Agenda

Aspectos Institucionais

Aspectos Fiscais

Dívida Pública Federal



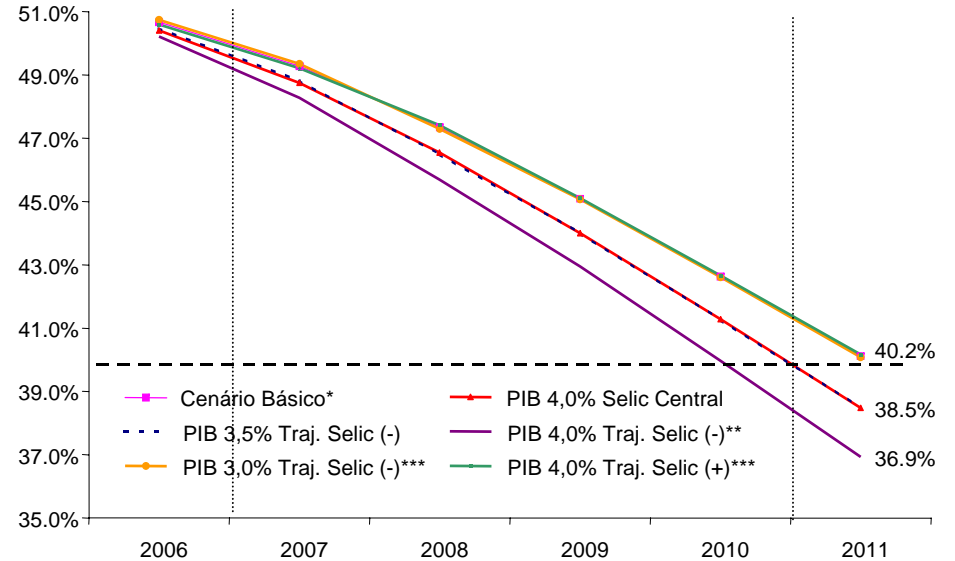
Três anos seguidos de redução da relação dívida/PIB, e mais projetado

Dívida Líquida/PIB 1997-2005 +



* Novembro 2005; + A medida mais difundida é Dívida/PIB Corrente

Projeção Dívida/PIB 2006-2010 -- base FOCUS



Fonte: Banco Central e Tesouro Nacional

* Expectativa de Mercado Focus

** Baseado num cenário de choque positivo de oferta (reformas e mais competitividade)

*** Baseado num cenário de choque de demanda.

Dívida Líquida/PIB

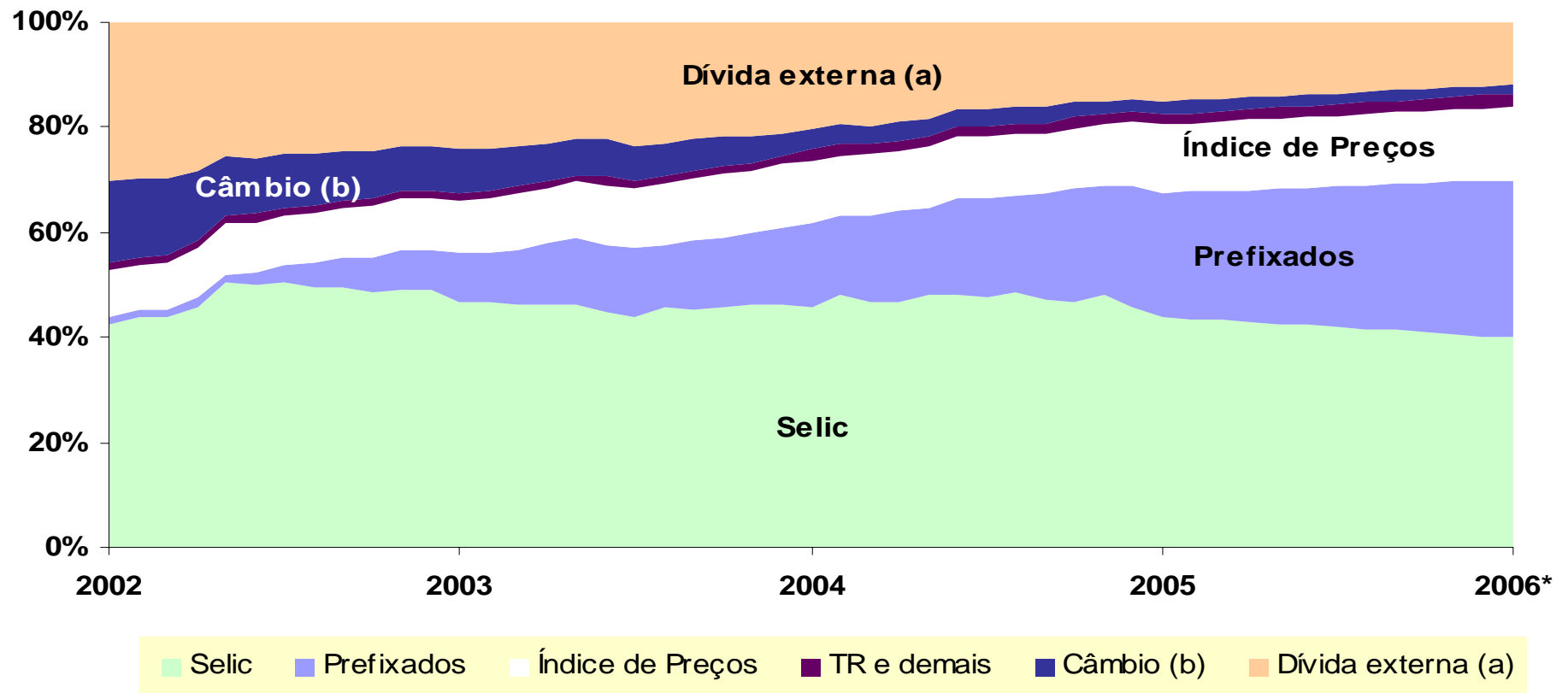
	Corrente	IPCA	IGP-DI (*)
1997	35,4	34,8	34,3
1998	42,2	42,1	41,7
1999	53,0	51,1	48,7
2000	51,1	49,7	48,8
2001	55,1	53,2	52,6
2002	65,5	60,6	55,5
2003	58,7	57,2	57,2
2004	54,2	52,4	51,7
2005	51,9	50,7	51,6

Cenário construído com variáveis Expectativas de Mercado Focus, inclusive manutenção do Superávit Primário de 4,25% do PIB e crescimento de 3,5%-4,0%

→ 4 anos com esse desempenho nos aproximaria do déficit nominal zero e de um nível de dívida próximo ao do México



Mudança estrutural na composição da dívida



* A composição projetada para 2006 leva em conta o ponto médio dos limites indicativos deste PAF

(a) Dívida denominada em câmbio; (b) Dívida interna referenciada em câmbio

Proporção de LFT abaixo de 50% da DPMFi

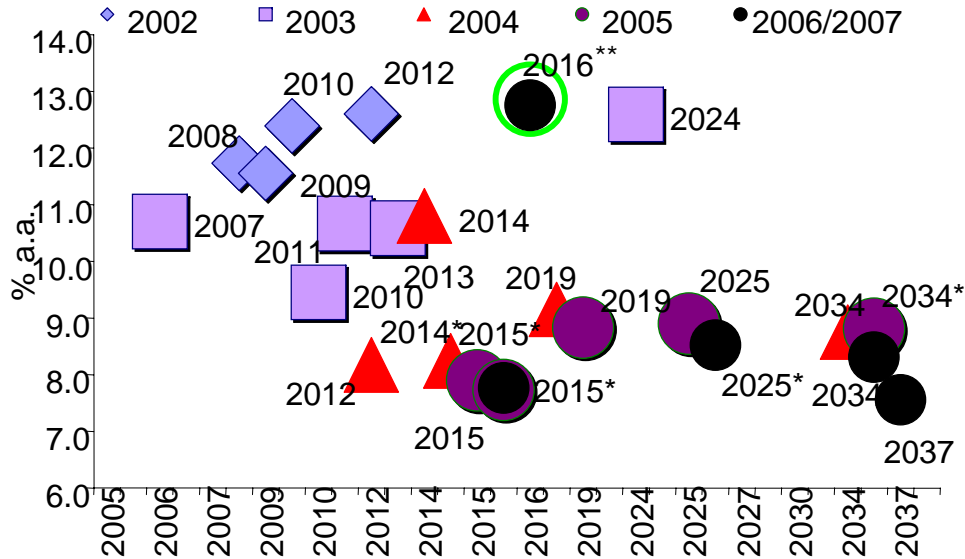
Proporção de Prefixados se aproximando de 1/3 da DPMFi

Dívida externa de pouco mais de 15% da DPF

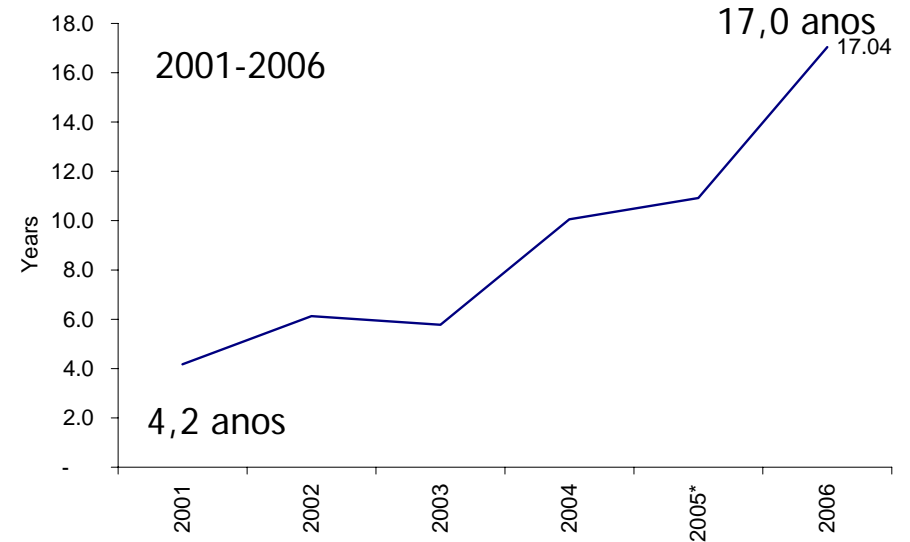


A Dinâmica da Dívida Pública: menor custo e maior prazo

Prazos e Custo da Dívida Externa Emitida em 2002-2006



Prazo médio de emissão da dívida externa



Fonte: Tesouro Nacional

* Reabertura

** Real Bond

Decomposição Convencional do retorno do BRL 2016

Taxa de Remuneração (<i>yield</i>)	12,2
Taxa do US Treasury 2016	4,5
Risco Brasil (prazo equivalente) EMBI	2,8
Diferencial Inflação BR-USA (4,5% - 2,0%)	2,5
Prêmio de Risco de Inflação 2005-2015	2,4

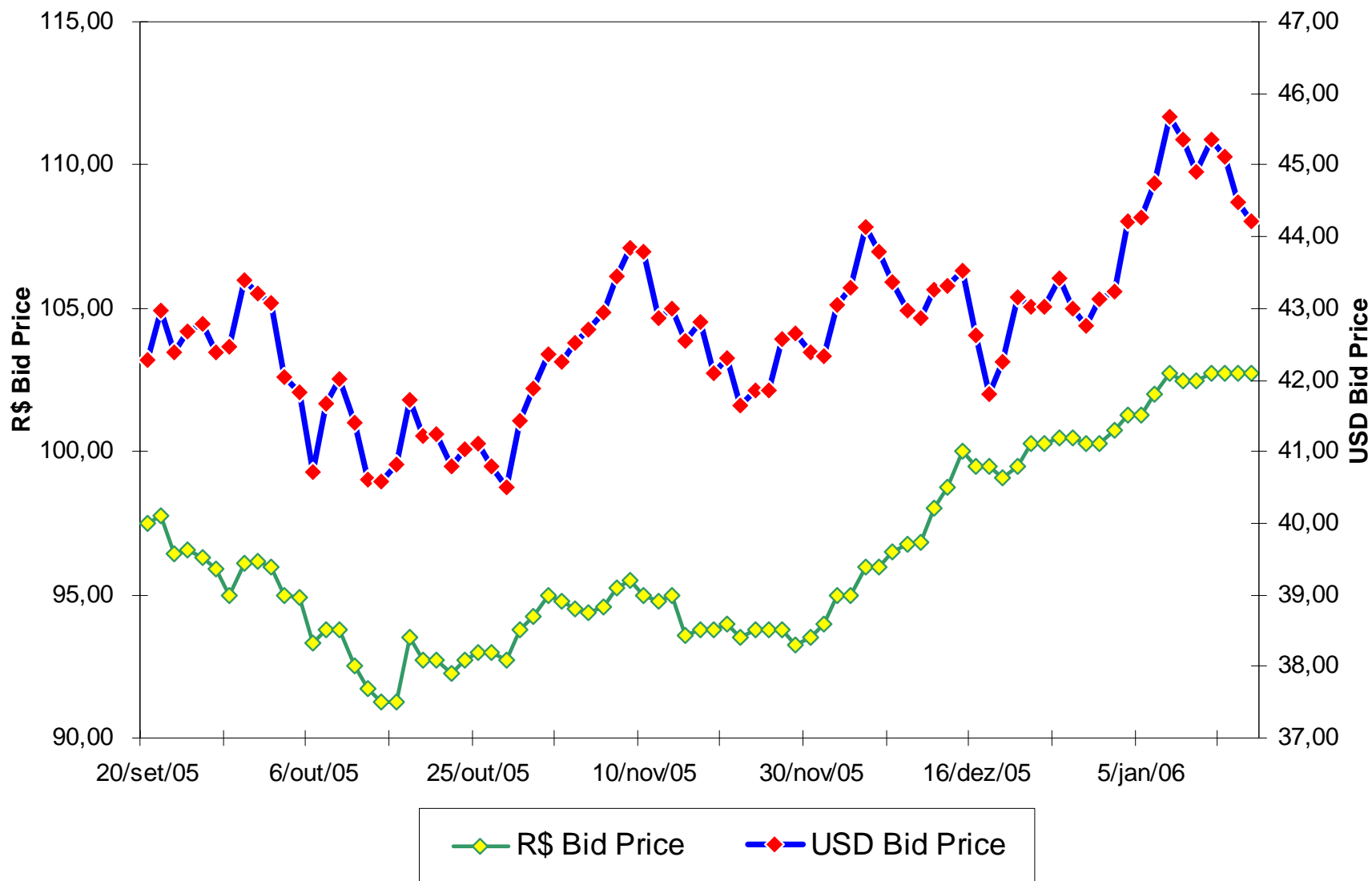
Tx dia 6/3/2006

NTN-B 2015	7,65
LTN Jan 2007	15,5



BRL 2016: novo termômetro da confiança no Brasil de médio prazo

Performance BRL16

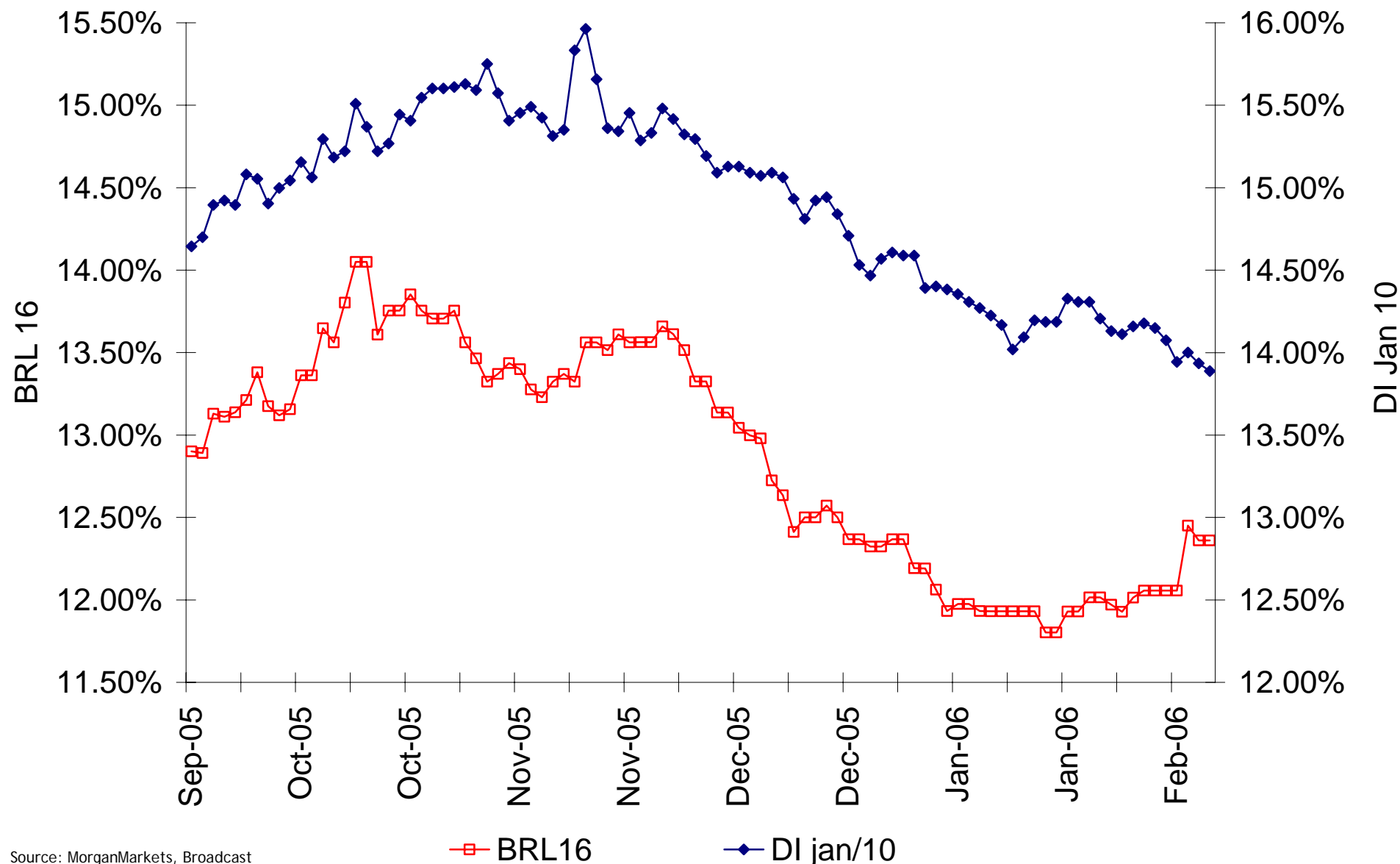


Fonte: MorganMarkets, Broadcast



Evolução do "yield" do BRL 2016 e do Di 2010

BRL 2016 vs DI Jan 2010



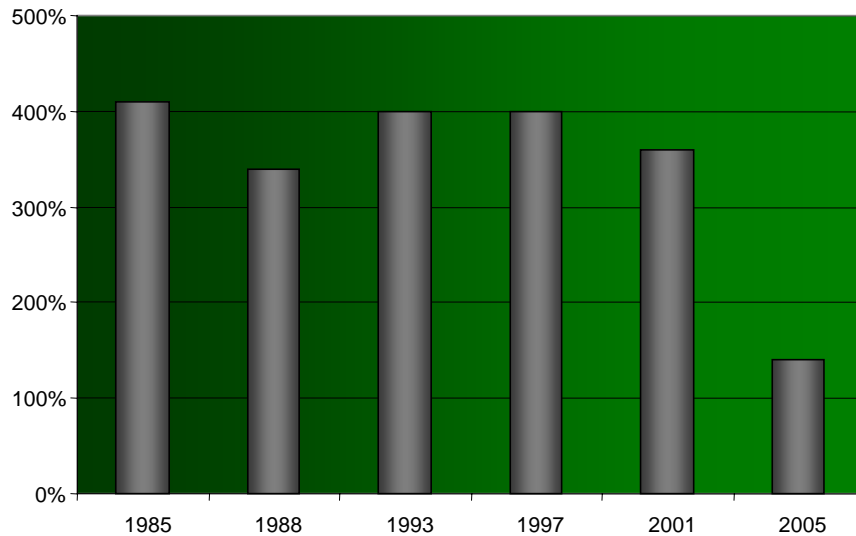
Source: MorganMarkets, Broadcast



Virando a página para uma restrição estrutural

Pela primeira vez em 25 anos, a restrição externa deixou de ser um problema

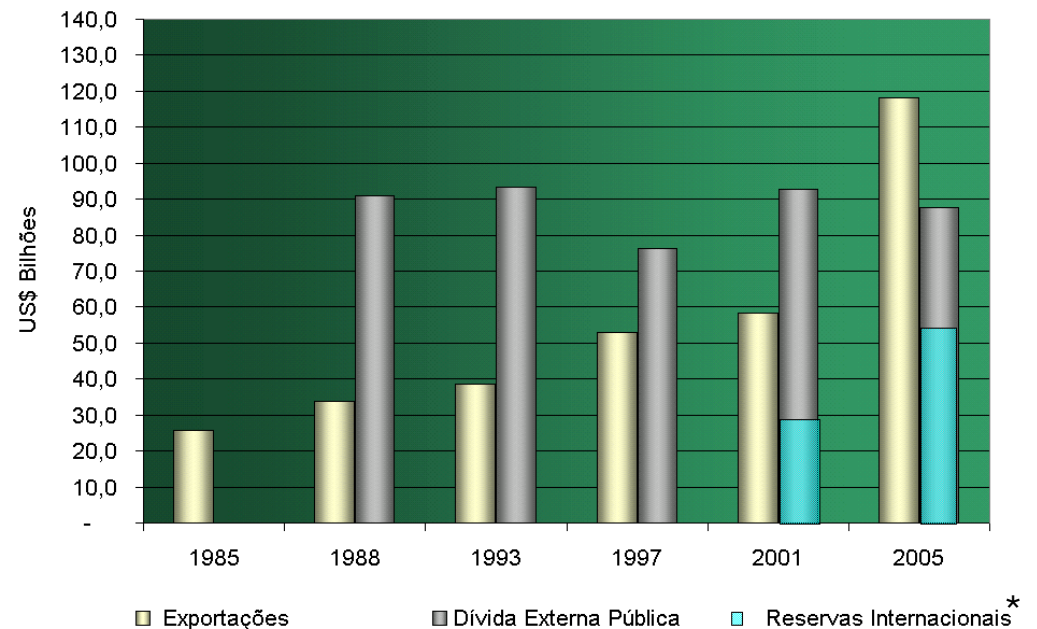
Dívida Externa Total/Exportações



Fonte: Banco Central

Nos últimos 25 anos, a dívida externa pública foi várias vezes maior que as exportações: hoje ela corresponde a menos de 0,8 vezes as exportações

A relação dívida externa/exportações caiu em mais de 60%, passando de um nível histórico de 400% para menos de 150% (uma vez e meia a exportação anual)



Fonte: Banco Central

* Reservas Internacionais ex-FMI, identificadas apenas após 2000



Painel da Economia nos últimos 20 anos

INDICADORES ECONÔMICOS NOS ANOS IMEDIATAMENTE ANTERIORES AOS DA ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

INDICADORES	1983	1988	1993	1997	2001	2005
Taxa de Inflação IPCA (% a.a.)	164,01	980,21	2.477,15	5,22	7,67	5,69
Taxa de Juros SELIC (% a.a.) *	na	2.741,20	5.571,91	40,84	19,05	18,05
DLSP/PIB	na	na	32,56	34,35	52,63	51,01
Exportações e Balança Comercial						
Exportações - US\$ bilhões	21,90	33,79	38,55	52,99	58,22	118,31
Saldo Balança Comercial - US\$ bilhões	6,47	19,18	13,30	(6,75)	2,65	44,76
Saldo em Conta Corrente - US\$ bilhões	(6,77)	4,18	(0,68)	(30,45)	(23,21)	14,20
Dívida Externa - Total - US\$ bilhões	93,7	113,5	145,7	200,0	209,9	164,8**
Dívida Externa - Pública - US\$ bilhões	59,0	90,4	106,4	94,8	108,2	87,6
Dívida Total / Exportações - razão	4,3	3,4	3,6	3,6	3,6	1,4
Salário e Emprego						
Salário Mínimo (US\$) (média do ano)	62,71	58,20	74,93	108,83	73,82	118,69
Pessoal Ocupado - na produção FIESP (Jan-2003 = 100). Var. 3 Anos	(3,70)	11,56	(14,27)	(14,81)	(15,36)	0,1
Emprego Formal CAGED (acum. 3 anos) (mil)	na	na	na	(436,4)	1.052,7	3.422,7
Crescimento PIB e Juros						
Crescimento PIB - Brasil	-2,93	(0,06)	4,92	3,27	1,31	3,00
Crescimento PIB - Países Industrializados	2,80	4,5	1,1	3,2	0,9	4,0
LIBOR (juros curto prazo US\$)	9,89	8,13	3,43	5,84	3,73	3,72

Fontes: Ipeadata, Bacen (Séries Temporais) e SECEX (Exportações 2005).

* Fechamento de exercício (base 252 dias).

Projeção base novembro 2005

** Estimativa para 2005 - Banco Central

Desafio:

consolidar os ganhos da Responsabilidade Fiscal & colher os frutos

OBRIGADO !



TESOURO NACIONAL

